



1290000712



IE

TCC/UNICAMP W847m

# MUDANÇAS NO PERFIL DA PEA FEMININA NA DÉCADA DE 80 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



**ESTELA REGINA WONSIK**

**Monografia apresentada ao  
Instituto de Economia da  
Universidade Estadual de  
Campinas, sob orientação da  
Profa. Dra. Eugênia Troncoso Leone**

**Campinas**

**Dezembro/95**

**TCC/UNICAMP  
W847m  
IE/712**

**UNICAMP**

## **ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I:</b>	
<b>DIFERENTES TENTATIVAS DE EXPLICAÇÃO DA INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>05</b>
I. O PAPEL ECONÔMICO DA MULHER NA FAMÍLIA.....	08
II. A PRESENÇA DAS ESPOSAS E CHEFES DE FAMÍLIA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA DÉCADA.....	11
<b>CAPÍTULO II:</b>	
<b>MERCADO DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE ECONÔMICA NA DÉCADA DE 80.....</b>	<b>15</b>
I. DESEMPENHO DA ECONOMIA NOS ANOS 80.....	16
II. INCIDÊNCIA DA POBREZA.....	19
III. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA.....	22
IV. REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	27
V. SETOR DE ATIVIDADE E OCUPAÇÃO POR GÊNERO.....	29
VI. OUTROS ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ATIVIDADE ECONÔMICA.....	33
<b>CAPÍTULO III:</b>	
<b>PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA SEGUNDO TIPO DE FAMÍLIA NA DÉCADA DE 80 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....</b>	<b>37</b>
I. MULHERES TRABALHADORAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO SEGUNDO TIPO DE FAMÍLIA.....	38
II. PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA DAS MULHERES CHEFES OU CÔNJUGES.....	40
III. O TRABALHO DAS MULHERES PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS DE MULHERES COM MARIDO E ATÉ DOIS FILHOS (F4).....	42
IV. DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS DE F4 SEGUNDO FAIXAS DE RENDA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE.....	44
V. CONCLUSÕES.....	47
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>51</b>

Agradeço ao CNPq, que atendeu às solicitações da pesquisa e possibilitou a realização deste trabalho.

À Profª. Eugênia Troncoso Leone pelo cuidado, atenção e rigor de sua orientação; e ao Prof. Paulo Eduardo de Andrade Baltar pela disposição em participar da avaliação desta monografia.

Ao colega e amigo Newton Cano pelo carinho e estímulo sempre constantes.

Este trabalho foi desenvolvido como parte do projeto de pesquisa "Mulher, Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil: um Estudo da Inserção da Mulher na Atividade Econômica e suas Implicações para a Família", sob coordenação da Profa. Dra. Eugênia Troncoso Leone, com financiamento do CNPq e apoio da FAPESP.

## INTRODUÇÃO

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro intensificou-se a partir da década de setenta e prosseguiu ao longo da década de oitenta, num momento em que a economia do país iniciava um ciclo demorado de desaceleração da atividade produtiva com diminuição na taxa de crescimento do emprego.

Apesar da estagnação da atividade econômica e deterioração na qualidade das oportunidades de ocupação, a força de trabalho feminina crescente provocou intenso aumento da população economicamente ativa nos anos oitenta. Nesse período, a PEA cresceu 35%, mais do que o crescimento do PIB, que foi de 18%, entre 1981 e 1990. Das ocupações urbanas criadas nos anos oitenta, 85% corresponderam a atividades do setor terciário. Quanto ao acesso ao mercado de trabalho por gênero, os homens corresponderam a 53% dos novos ingressantes, enquanto as mulheres ocuparam 47% dos novos postos de trabalho.<sup>1</sup> Este processo resultou no aumento das taxas de participação feminina no mercado de trabalho, quando ao mesmo tempo, as taxas de atividade masculinas permaneceram constantes, num contexto de desemprego aberto que oscilou em torno de 4% ao ano - taxa relativamente baixa - sobretudo em função do movimento ascendente da mulher no mercado de trabalho.

Estes dois eventos, ao ocorrerem concomitantemente, permitem inferir que o emprego feminino esteja aumentando como uma reação estratégica das famílias diante da necessidade de gerar ou complementar a renda familiar num contexto de oscilações da atividade econômica.

A proposta deste trabalho é, então, investigar o perfil da mão-de-obra feminina observando se o aumento da presença das mulheres na atividade produtiva ocorreu mediante variações significativas quanto a posição na ocupação, setor de atividade e nível de renda. Consideramos

---

<sup>1</sup>Pires (1994).

que a estrutura familiar da mulher trabalhadora é forte fator de influência para a decisão feminina de entrar para a atividade econômica, juntamente com as necessidades de geração de renda da família.

No primeiro capítulo, desenvolvemos uma revisão bibliográfica dos principais enfoques teóricos existentes sobre os fatores determinantes da inserção feminina no mercado de trabalho. A partir da contraposição das diferentes abordagens - uma, de caráter econômico, que entende a força de trabalho feminina como causa de agravamento da situação do emprego devido à elevação do exército industrial de reserva; e outra, que observa o mercado de trabalho segmentado por gênero, havendo, então, atividades tipicamente femininas, homens e mulheres exercendo diferentes ocupações - adotamos uma terceira ótica, que considera pertinente o papel econômico da mulher segundo sua posição na família. Nesta argumentação está baseada a metodologia proposta pela investigação realizada no capítulo III.

O capítulo II tem por objetivo traçar a evolução geral da economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos sobre o mercado de trabalho, bem como mostrar a trajetória ascendente da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e da região sudeste. Consideramos, também, a questão da incidência da pobreza sobre a população das áreas metropolitanas do país como um dos efeitos dos surtos recessivos da última década. Em seguida, através da comparação de dados dos anos de 1981 e 1990, constatamos que persistem as desigualdades entre homens e mulheres que trabalham no que se refere a níveis de remuneração, escolaridade, posição na família, idade, setor de atividade. Significa que, mesmo com o significativo aumento das mulheres na esfera produtiva, ainda há muitas diferenças entre os gêneros.

No capítulo III, a partir de dados das PNADs de 1981 e 1990, pesquisamos a participação feminina na PEA segundo tipo de família, de acordo com o critério de que a configuração da família condiciona o trabalho feminino. Limitamos a pesquisa ao universo de mulheres chefes ou

cônjuges que trabalham pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo, e observamos os índices de participação econômica e os níveis de rendimento (pela metodologia de linhas de pobreza) para cada tipo de família estipulado. Em seguida, devido a representatividade relativa das chefes ou cônjuges que trabalham das famílias com marido e até dois filhos, observamos a distribuição das mulheres deste tipo de família segundo a posição de ocupação, o setor de atividade e os correspondentes níveis de rendimento.

Finalmente, na conclusão, mostramos os principais resultados alcançados que auxiliaram na caracterização por tipos de família do perfil da mão-de-obra feminina da região metropolitana de São Paulo na década de oitenta.

**CAPÍTULO I: DIFERENTES TENTATIVAS DE EXPLICAÇÃO DA  
INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO**

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil, numa década de estagnação e reestruturação do processo produtivo, incentivou a discussão acerca dos diferentes fatores determinantes do ingresso das mulheres na esfera produtiva.

Estudos sobre as razões e formas de inserção da mulher no mercado de trabalho multiplicaram-se nas duas últimas décadas no Brasil como um reflexo das crescentes taxas de participação feminina.

Há duas bases teóricas em torno das quais tem se desenvolvido a questão. A primeira e mais antiga é de natureza econômica, mais especificamente uma herança da tradição teórica marxista, cujo argumento central trata o mercado de trabalho de forma generalizada; a inserção feminina na produção é vista como causa de uma elevação da mão-de-obra industrial de reserva. A segunda, mais recente, deriva das análises sociológicas acerca da divisão sexual do trabalho, que observa as diferenciações ocupacionais segundo gênero.

Conforme Pires (1994), a análise da expansão do trabalho feminino sob a ótica economicista deduziu a subordinação social das mulheres da subordinação econômica, sem distinção de interesses entre homens e mulheres. Trata-se da hipótese de que a força de trabalho feminina venha a somar-se ao exército industrial de reserva, agravando a situação do emprego. O fato das mulheres encontrarem ocupações subordinadas e de piores remunerações seria explicado pela seleção realizada pelo capital no âmbito do mercado.

Esta abordagem pode explicar em parte a participação produtiva das mulheres pobres, cuja finalidade é contribuir ou garantir a sobrevivência familiar, na situação de ausência do marido ou insuficiência da renda dele. Mas é incapaz de explicar a inserção das mulheres determinada por outras relações sociais. O trabalho feminino continua sendo considerado como complementar.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Pires (1994).

Com o aumento da incorporação das mulheres no mercado de trabalho na década de oitenta, num contexto de desaceleração econômica e baixas taxas de crescimento, as explicações teóricas passaram a considerar de modo geral que as ocupações emergentes fossem tipicamente femininas. Existiriam então diferenças consideráveis entre as ocupações, e o mercado de trabalho passa a ser observado como sendo segmentado por gênero: mulheres e homens estariam inseridos em mercados distintos e específicos. O resultado disso, segundo Brumer (1988), seriam exércitos de reserva de mão-de-obra separados por gênero. Esta autora refere-se, ainda, às motivações femininas para ingressar ou não na força de trabalho, diferenciadas em função da classe social das mulheres.

Tanto o argumento da necessidade de elevar a renda familiar quanto a descrição de relações hierárquicas e assimétricas entre os gêneros tem sido fortalecidos pelos trabalhos mais recentes sobre o tema. Alguns autores interpretam a elevação da participação feminina na PEA como uma reação às oscilações econômicas ocorridas na década, que teriam provocado redução do nível de renda *per capita* das famílias. Outros vêem o fenômeno como uma tendência irreversível e sintoma de um conjunto de transformações que afeta as relações conjugais e de trabalho entre homens e mulheres.

Nenhuma das duas abordagens, entretanto, isoladamente, esgota a investigação sobre as causas da inserção da mulher na produção. Uma visão alternativa às duas anteriores considera que o trabalho feminino é uma decisão decorrente tanto de fatores econômicos como da posição que a mulher ocupa no grupo familiar (mãe, chefe de família, esposa, filha). Este último aspecto, aliás, é considerado fator determinante para o papel econômico que a mulher desempenha na família, ou seja, de acordo com as exigências das tarefas domésticas seria mais ou menos desejável à mulher trabalhar, dada a contraface das necessidades financeiras do grupo familiar.

Tal formulação, desenvolvida recentemente, procura enfocar a noção de gênero, como opção ao conceito de divisão sexual de trabalho. Segundo Scott (1990), gênero estabelece uma categoria teórica analítica interessada em alcançar as dimensões das subjetividades e identidades presentes no mundo do trabalho, visando deslocar o foco de análise da situação específica da mulher no mercado de trabalho em direção ao exame das relações sociais entre indivíduos de um e outro sexo.<sup>2</sup>

## **I. O PAPEL ECONÔMICO DA MULHER NA FAMÍLIA**

A participação das mulheres no mercado de trabalho é resultado de uma multiplicidade de fatores, decorrentes da complexa combinação de características pessoais e familiares. Estado conjugal, presença de filhos, idade, nível de escolaridade e estrutura familiar - família conjugal ou chefiada por mulher, nuclear ou ampliada, etc - são variáveis determinantes para a limitação da disponibilidade das mulheres para o trabalho.<sup>3</sup>

Além disso, há também os aspectos da necessidade econômica do grupo familiar e das condições de demanda do mercado de trabalho.

Os estudos mais recentes sobre a expansão da mão-de-obra feminina no Brasil tem se baseado nestes fatores. Qualificação, oferta de emprego, necessidade econômica e inserção na família são aspectos articulados e em permanente transformação, que tornam o ingresso da mulher na atividade econômica uma decisão pertinente ao grupo familiar.<sup>4</sup>

Bruschini (1995) reflete acerca da especificidade da participação produtiva feminina em função da predominância de relações de gênero desiguais na sociedade brasileira, que configuram posições assimétricas e hierárquicas entre homens e mulheres, seja na produção ou na família. A

---

<sup>2</sup>Pires (1994) e Bruschini (1995).

<sup>3</sup>Bruschini (1995).

<sup>4</sup>Santos e Sedlacek (1990).

autora afirma que a definição social estabelecida dos papéis masculinos e femininos na esfera familiar afeta distintamente homens e mulheres quanto à participação no mercado de trabalho. Enquanto as atividades reprodutivas e cuidados com a casa estão a cargo das mulheres, cabe aos homens o papel de provedor da família. Decorre disto que, a participação dos homens em atividades economicamente produtivas é determinada pelas oportunidades do mercado de trabalho e do nível de qualificação de que dispõem os trabalhadores; sendo a taxa de ocupação masculina resultado das forças de demanda e oferta vigentes no mercado.

De forma divergente, o trabalho feminino está subordinado a fatores familiares e domésticos, condicionando a participação da mulher para além das suas condições de qualificação profissional.

Para Bruschi (1995), tais aspectos sociais diferenciadores dos gêneros são apropriados pelo mercado de trabalho, resultando em mecanismos discriminadores em relação às mulheres, expressos tanto no acesso ao trabalho, quanto na permanência e nos níveis de remuneração.

Toda a análise da autora a respeito do aumento da atividade feminina na última década foi feita sob esta ótica. Seu argumento é que apesar das dificuldades e obstáculos ainda marcantes, as mulheres conquistaram novos postos de ocupação e elevaram sua participação produtiva devido a um amplo processo de transformações culturais, demográficas e econômicas que conformaram um novo padrão de comportamento feminino.

A partir disso, a autora analisa as desigualdades sociais entre os gêneros, características do mercado de trabalho. Aponta que a incorporação das mulheres na atividade econômica teve crescimento significativo, se observados os indicadores das taxas de participação dos homens e mulheres, segundo diversas variáveis na década de 80: idade, região do país (sudeste e nordeste), setor de atividade, horas diárias de trabalho, posição de ocupação e posição na família. Conclui

que a presença feminina no mercado de trabalho é condicionada pelas situações conjugal e familiar (solteiras, casadas, chefes de família, número e idade dos filhos).

Outras investigações empíricas têm considerado o mercado de trabalho por gênero relacionada à estrutura familiar. Trabalhos como os de Jatobá (1994) e Santos e Sedlacek (1990) procuram explicar a participação da mulher na atividade econômica como um mecanismo de ajuste diante de variações da renda familiar.

Estes autores trabalham com a proposição de que a participação produtiva de membros familiares secundários é negativamente correlacionada com a renda do chefe e positivamente com a taxa de desemprego da família. Significa que a participação das mulheres varia como função inversa da renda familiar *per capita* e dos encargos familiares, assumindo assim um caráter complementar.

Logo, a partir da consideração de que existem diferenças entre famílias chefiadas por mulheres e as chefiadas por homens, os pesquisadores construíram análises da contribuição da mulher no processo de formação da renda da família, decomposta segundo tipos de famílias.<sup>5</sup>

O principal critério adotado no trabalho de Santos e Sedlacek (1990) foi o reconhecimento da existência de diferenças estruturais entre famílias chefiadas por homens e aquelas chefiadas por mulheres, visto que essas famílias diferem fundamentalmente quanto ao processo de alocação e decisão interna. Centrando a análise em famílias do tipo nuclear, estes autores destacaram o elevado crescimento da taxa de participação das mulheres cônjuges na década de 80 no Brasil, ressaltando a importância relativa desse grupo no universo feminino.

---

<sup>5</sup>A tipologia geralmente aplicada divide as mulheres trabalhadoras entre chefes, cônjuges, filhos, outros e sem parentesco; conforme metodologia usual das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs). O destaque maior tem sido dado às mulheres chefes de família e às cônjuges, por virem apresentando taxas de participação crescentes.

A percepção da interrelação entre a posição relativa das mulheres dentro da família e a probabilidade de participarem do mercado de trabalho resulta na compreensão de que variações econômicas possam provocar mudanças na dinâmica doméstica; posto que toma-se a participação na força de trabalho como variável de decisão dos membros da família<sup>6</sup>.

Trata-se da hipótese, desenvolvida por Jatobá e utilizada por Sedlacek (1992), de que a taxa de participação das esposas tenha significativo componente contracíclico, por serem respostas às oscilações dos ciclos econômicos. Assim, em situações em que a conjuntura econômica afete desfavoravelmente as condições de emprego ou renda, a procura feminina por emprego aumenta, e vice-versa.

Apesar deste foco de observação, que salienta o aumento da participação produtiva das esposas nos momentos de crise, Jatobá (1994) reconhece que não é possível, com relação aos fatores econômicos estruturais, separar o componente cíclico do componente de tendência, isto é, o autor afirma que a distinção entre os efeitos de flutuações de curto prazo e os de longo prazo é particularmente difícil no caso da oferta de trabalho feminina. Logo, as variações conjunturais no níveis de participação das mulheres sejam muito pouco visíveis, dado que as oscilações se verificam em torno de uma acentuada tendência crescente da participação feminina.

## **II. A PRESENÇA DAS ESPOSAS E CHEFES DE FAMÍLIA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA DÉCADA**

Os resultados alcançados por Sedlacek e Santos (1990) na pesquisa sobre evolução da participação feminina no mercado brasileiro mostraram que ao longo da década de 80 houve no Brasil um elevado crescimento da taxa de participação das mulheres cônjuges: em 1989 eram 56% da população feminina e compunham 47% das mulheres trabalhadoras.

---

<sup>6</sup>Jatobá (1994).

Através da investigação de dados das PNADs nos anos de 1983 a 1988 para áreas metropolitanas, os autores constataram que em todo o período as mulheres cônjuges corresponderam a 55% de todas as mulheres entre 15 e 54 anos; e que foi grande o crescimento relativo das mulheres chefes de família (cerca de 6,7% ao ano no período).

A evidência observada de um crescimento rápido das famílias chefiadas por mulheres, segundo Sedlacek e Santos (1990), é um indicador importante do bem-estar da população, porque estas famílias podem estar associadas a problemas clássicos de pobreza e geração de renda.

Quanto à participação no mercado de trabalho, esta pesquisa mostrou que as esposas destacaram-se relativa e absolutamente: a taxa de participação das cônjuges evoluiu de 34,5% para 39,7%, devido a entrada de 1,9 milhão de trabalhadoras cônjuges no mercado de trabalho (de 6 milhões em 1983 para 7,9 milhões em 1988).<sup>7</sup>

Em concordância com estes resultados, o trabalho de Jatobá (1994)<sup>8</sup> revelou que a maioria das mulheres casadas está fora da força de trabalho (em 1984, 65% de todas as esposas não pertenciam a PEA), entretanto, elas constituem a maioria dentre as mulheres que são ativas no mercado de trabalho (eram em 1984, 46% do total da população feminina produtiva). Esta proporção tem se mantido ao longo da década de 80.

As conclusões de Jatobá (1994) também confirmaram que os maiores aumentos nas taxas de participação na força de trabalho foram verificadas entre as mulheres na posição de cônjuges. Afirma o autor que esta tendência é visível para todas as áreas metropolitanas, sejam consideradas as médias anuais ou os dados mensais.<sup>9</sup> Conclui, dado que as mulheres casadas corresponderam à maioria das mulheres economicamente ativas e também apresentaram a porção crescente das taxas

---

<sup>7</sup>Dados referentes ao conjunto do Brasil.

<sup>8</sup>Informações da PNAD.

<sup>9</sup>Jatobá (1994) procura estabelecer comparações entre dados mensais e anuais a fim de discernir tendências de longo prazo e efeitos econômicos de curto prazo sobre a participação feminina na PEA.

de participação, que elas seriam as responsáveis pelo crescimento das taxas de participação feminina na PEA mais do que as mulheres em outras posições dentro na família.

**CAPÍTULO II: MERCADO DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA  
ATIVIDADE ECONÔMICA NA DÉCADA DE 80**

## **CAPÍTULO II: MERCADO DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE ECONÔMICA NA DÉCADA DE 80**

A presença crescente da mão de obra feminina no mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos setenta ocorreu num contexto de expansão econômica, com acelerado processo de industrialização e crescente urbanização.

Transformações de ordem econômica, social e demográfica repercutiram sobre a sociedade brasileira, afetando o nível e a composição interna da força de trabalho. Novos postos de ocupação foram criados, e com eles consideráveis oportunidades para a incorporação de novos trabalhadores, inclusive os do sexo feminino.

Neste período de intensa modernização produtiva, ocorreu elevação marcante dos níveis de emprego, ainda que concomitantemente ao crescimento das desigualdades sociais e da concentração de renda.

A década de 80, ao contrário da anterior, apresentou-se como um período de crise econômica, com estagnação produtiva e surtos inflacionários. O desempenho geral da economia mostrou-se instável, agravado pelos sucessivos fracassos dos planos de estabilização. Tanto os níveis de renda quanto os níveis de emprego foram abalados: houve um aumento da incidência da pobreza e reestruturação setorial e de posições na ocupação.

Neste novo contexto de desaceleração da atividade econômica e mudanças estruturais nas condições de emprego, teve continuidade o aumento significativo da participação da mulher no mercado de trabalho. Este foi um fenômeno importante ajudando a explicar porque apesar da redução do crescimento populacional, houve intenso aumento da população economicamente ativa.

## I. DESEMPENHO DA ECONOMIA NOS ANOS 80

A estagnação que marcou os anos 80 teve como características persistentes altas taxas de inflação, crescimento baixo e instável do PIB (com exceção do ano de 1986) e sucessivos fracassos de políticas macroeconômicas de estabilização.

O crescimento do PIB na década ficou próximo ao da população, em média 2,2% ao ano. A estagnação foi decorrente principalmente da diminuição no ritmo do investimento, indicado pela taxa percentual de formação bruta de capital fixo (FBCF), apresentado na tabela abaixo. Os principais componentes deste processo foram o decréscimo sistemático dos investimentos do setor estatal e a ruptura do gasto público em infra-estrutura.

**TABELA 1**  
**AGREGADOS MACROECONÔMICOS A PREÇOS CONSTANTES**  
**1970-1989**  
**VARIAÇÃO E COMPOSIÇÃO - MÉDIAS ANUAIS**

	PIB VAR.	CONSUMO VAR.	PART.	FBCF VAR.	PART.
1970-80	8,5%	8,1%	80,9%	9,8%	21,8%
1970-73	12,4%	12,2%	82,4%	17,7%	22,1%
1974-76	7,8%	7,3%	82,7%	10,0%	24,8%
1977-80	6,2%	5,6%	80,2%	4,1%	23,3%
1981-89	2,2%	1,8%	77,0%	-1,4%	18,0%
1981-83	-2,1%	-2,2%	78,4%	-11,7%	19,0%
1984-86	7,0%	6,4%	77,5%	11,2%	17,6%
1987-89	2,1%	1,3%	75,8%	-2,2%	17,4%

Fonte: FIBGE - Departamento de Contas Nacionais. In: Carneiro R.

Associado à retração dos investimentos, as demais variáveis macroeconômicas apresentaram desempenho marcado por grande instabilidade, o que se manifestou na curta duração de ciclos econômicos com períodos de expansão e redução da produção<sup>1</sup>.

Apesar dos bons resultados alcançados pelo setor agropecuário, como é de conhecimento geral, a indústria, observados seus segmentos mais importantes, como a indústria de

<sup>1</sup>Carneiro R. (1993).

transformação e de construção civil, obteve crescimento muito pouco significativo. Nos períodos recessivos, são estes os setores efetivamente os mais comprometidos.

A tabela 2 indica que o ano de 1981 marcou o início da queda da atividade econômica, insistente até o ano de 1983, quando os índices de variação do produto real foram piores (4,4% negativos), principalmente em função da variação da produção na construção civil e indústria de transformação.

Isto porque o período se iniciou com condições econômicas internacionais adversas: em 1979 houve a brusca elevação das taxas de juros dos EUA, e em 1982 eclodiu a crise da dívida externa no México, ocasionando a interrupção dos fluxos financeiros estrangeiros para a América Latina, inclusive Brasil. Além disso, a necessidade de ajustar o economia conforme compromissos selados com os credores externos provocou uma recessão e o desemprego. Os efeitos disto fizeram-se sentir pela elevação generalizada dos níveis de pobreza da população.

Em 1984, verificou-se o início da recuperação econômica, incentivada pelas exportações referentes à retomada do crescimento da economia americana. Em seguida, ocorreram os resultados positivos do Plano Cruzado, lançado no início de 1986. Os efeitos do plano foram de curta duração, mas significativos para o período e opostos em relação a tendência dominante na década: houve queda da acelerada trajetória inflacionária, recuperação dos níveis de emprego - visível pelos índices de utilização da capacidade produtiva instalada, e conseqüente recuperação do poder aquisitivo da população trabalhadora. Registrou-se também nesta época, como será dito adiante, um declínio da proporção de pessoas pobres, que de toda a década atingiu seu menor grau.

No ano seguinte, a economia sofreu com a reincidência das pressões inflacionárias, enfrentadas pela adoção de mais dois planos: o plano Bresser e o plano Verão (2º e 3º, respectivamente, do governo Sarney).

De 1987 a 1989, a atividade econômica caracterizou-se por instabilidade na órbita da produção e, para os trabalhadores, a contenção da inflação se traduziu por novo arrocho salarial. O desaquecimento da produção, por sua vez, foi provocado por políticas de crédito restritivo e redução do gasto público.

**TABELA 2**  
**TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO PRODUTO REAL**  
**1979-1989 (%)**

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
AGROPECUÁRIA	4,7	9,5	8,0	-0,2	0,5	2,6	9,6	-8,2	15,2	1,5	2,2
INDÚSTRIA	6,8	9,3	-8,8	0,1	-5,9	6,4	9,0	11,7	1,0	-2,6	3,9
EXTRAÇÃO MINERAL	12,0	12,8	-2,5	6,9	15,5	30,5	11,6	3,7	-0,8	0,4	3,9
TRANSFORMAÇÃO	6,9	9,1	-10,4	-0,2	-5,9	6,2	8,4	11,3	1,0	-3,4	3,1
CONSTRUÇÃO	3,7	9,0	-6,0	-1,3	-14,2	-0,6	10,9	17,5	1,1	-2,9	7,6
SERVIÇOS	7,8	9,0	-2,2	2,0	-0,8	4,1	6,5	8,2	3,3	2,4	3,7
<b>TOTAL</b>	<b>6,8</b>	<b>9,2</b>	<b>-4,4</b>	<b>0,7</b>	<b>-3,4</b>	<b>6,0</b>	<b>8,3</b>	<b>7,5</b>	<b>3,6</b>	<b>0,0</b>	<b>3,6</b>

Fonte: IBGE/DPE/DECNA. In: São Paulo no Limiar do Século XXI, vol. 1.

Um aumento da incidência da pobreza na população foi observado com alguma melhora no ano de 1989. Em 1990 e 1991, a adoção dos planos Collor I e II resultou novamente em processo recessivo, piorando o quadro social.

No que se refere ao comportamento do mercado de trabalho, os resultados do desempenho da atividade econômica na década incluem alterações na estrutura setorial e de posições na ocupação: houve queda da importância relativa das ocupações na indústria de transformação e na construção civil e aumento nas atividades de comércio e prestação de serviços, sobretudo os ligados à administração pública.

No mesmo período, diminuiu a proporção de trabalhadores do setor privado com vínculo formalizado pela carteira profissional, aumentando a participação de trabalhadores no emprego público e de trabalhadores sem carteira assinada nos serviços, comércio, indústria e construção civil. A outra transformação destacável foi a crescente participação feminina no mercado de trabalho apesar das condições econômicas adversas.<sup>2</sup>

## II. INCIDÊNCIA DA POBREZA

Utilizando as estimativas sobre a evolução da renda *per capita*, podem ser observados os efeitos das oscilações econômicas sobre a população. Sabe-se que a década passada, fragmentada em fases sucessivas curtas de depressão e recuperação, provocou a mais baixa taxa de crescimento no pós-guerra: a renda *per capita* evoluiu apenas 0,4% entre 1980 e 1989. Os resultados teriam sido ainda piores caso não tivesse havido redução do ritmo do crescimento populacional.<sup>3</sup>

O aumento da proporção de pessoas pobres tornou-se mais evidente nas áreas metropolitanas, tanto por abrigar grande contingente populacional quanto porque são os núcleos produtivos mais dinâmicos e modernos. Logo, as populações metropolitanas são diretamente atingidas pelas flutuações econômicas<sup>4</sup>.

Para dimensionar a proporção de pobres da população faz-se antes necessário definir conceitualmente o termo. Pobreza é considerada consensualmente uma síndrome de múltiplas dimensões, associada a carências de diferentes aspectos, tais como: alimentar ou nutricional, habitacional, de saúde, educacional, de lazer, e outras<sup>5</sup>. É comum defini-la como insuficiência de renda, porque torna-se possível delimitar os grupos sociais cuja insuficiência de renda não lhes

---

<sup>2</sup>Oliveira, A., Baltar, P.E. e Henrique, W. (1991).

<sup>3</sup>Rocha S. (1990).

<sup>4</sup>Estudos atuais apontam para o processo de "metropolização da pobreza", em função da parcela crescente dos pobres residentes nas metrópoles em relação ao total da população brasileira considerada pobre. Ver Tolosa (1990).

<sup>5</sup>Altimir O. (1979).

permite acesso simultâneo aos bens e serviços considerados necessários à vida moderna. Apesar de ser a variável renda incapaz de abarcar a complexidade do fenômeno, é usada frequentemente como um bom indicador da capacidade de satisfação das necessidades no âmbito do consumo pessoal ou familiar<sup>6</sup>.

Em geral, o critério de renda para identificar a população carente consiste no cálculo de linhas de pobreza para a família, que podem resultar de dois procedimentos distintos: através do custo da cesta alimentar considerada adequada, ou através de um nível de renda fixado em função do salário mínimo vigente, reajustado periodicamente, e nem sempre pela elevação do custo de vida.<sup>7</sup>

Obviamente que qualquer dos métodos contém arbitrariedades. No primeiro deles reside o problema da delimitação da cesta básica considerada adequada ao atendimento das necessidades básicas de uma família, e além disso padronizá-la para uma população cujas famílias apresentam heterogeneidades internas. No segundo método, existe a dificuldade de definir qual proporção do salário mínimo fixado pelo governo será assinalada como suficiente para atender às necessidades familiares.<sup>8</sup>

Outro aspecto da utilização das linhas de pobreza diz respeito à unidade de análise: família. Dadas as heterogeneidades internas dos membros familiares e das famílias entre si, ao nível das decisões relativas tanto ao consumo quanto à atividade econômica exercida, adota-se o dispositivo da renda familiar *per capita*.

No presente trabalho, optamos pela metodologia proposta por Rocha (1992). Os cálculos desenvolvidos pela autora correspondem a diferentes linhas de pobreza, que correspondem a

---

<sup>6</sup>Isto é particularmente verdadeiro no caso de grandes concentrações de população como são as regiões metropolitanas.

<sup>7</sup>Rocha S. (1991) e Hoffmann R. (1984), respectivamente discutidos por Leone T. E. (1994).

<sup>8</sup>Significa submeter o salário mínimo estipulado pelo governo a uma correção.

índices-limite do valor mínimo mensal adequado para atender as necessidades básicas por pessoa. Os critérios adotados levam em conta ainda diferenciações regionais de estrutura de consumo e de preços.<sup>9</sup> As especificidades locais, que não são desprezíveis para um país como o Brasil, ficam camufladas se o critério utilizado for diretamente um parâmetro nacional único tal como o salário mínimo.

O procedimento adotado considerou as reconhecidas diferenças das estruturas de consumo entre as regiões metropolitanas, baseando-se nas cestas observadas em cada uma delas para as camadas de baixa renda. Para cada item de consumo foram associados preços referentes a cada ano e a cada região metropolitana, tendo em vista apontar as distintas evoluções locais do custo de vida. Assim cada linha de pobreza expressa um índice para o custo de vida local no ano considerado, abaixo deste limite encontram-se as rendas das pessoas pobres.

Foram estabelecidas linhas de pobreza para nove regiões metropolitanas e suas variações ao longo da década.

**TABELA 3**  
**LINHAS DE POBREZA (VALORES *PER CAPITA*) POR REGIÃO METROPOLITANA**  
**SEGUNDO ANOS SELECIONADOS, EXPRESSAS EM TERMOS DO MAIOR SALÁRIO MÍNIMO**  
**MÉDIO ANUAL VIGENTE NO PAÍS**

REGIÕES METROPOLITANAS	1981	1983	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Belém	0.63	0.73	0.72	0.81	0.97	0.90	0.85	1.22
Fortaleza	0.59	0.56	0.52	0.49	0.58	0.54	0.51	0.72
Recife	0.60	0.60	0.62	0.54	0.67	0.64	0.62	0.93
Salvador	0.63	0.63	0.64	0.66	0.80	0.74	0.74	1.02
Belo Horizonte	0.52	0.61	0.63	0.58	0.70	0.66	0.65	0.96
Rio de Janeiro	0.58	0.68	0.74	0.62	0.77	0.75	0.75	1.11
São Paulo	0.68	0.83	0.79	0.77	0.99	0.93	0.90	1.29
Curitiba	0.43	0.54	0.53	0.48	0.59	0.56	0.57	0.77
Porto Alegre	0.59	0.69	0.71	0.64	0.78	0.75	0.73	1.03

Fonte: Rocha(1992). In Leone T. E. (1994).

<sup>9</sup>Para maiores detalhes metodológicos, consultar Rocha (1992), e Leone T. E. (1994), que tece considerações a respeito da escolha deste procedimento.

A tabela 3 mostra que, para as distintas regiões metropolitanas, houve ao longo da década uma redução do poder de compra do salário mínimo em consequência do seu valor nominal ter aumentado menos que o custo de vida.

Ao destacarmos os dados para a região metropolitana de São Paulo, observamos que entre 1981 e 1990 o índice limite pobreza passou de 0,68 SM para 1,29 SM, revelando que o valor real do salário mínimo diminuiu em função de sucessivos aumentos nominais inferiores ao custo de vida.

A partir das linhas de pobreza e de informações sobre as rendas familiares *per capita* obtidas das PNADs, Rocha calculou as proporções de pessoas pobres - ou o grau de incidência da pobreza das regiões metropolitanas selecionadas, para os mesmos anos da década (tabela 4).

**TABELA 4**  
**INCIDÊNCIA DA POBREZA NAS METRÓPOLES PARA ANOS SELECIONADOS**

<b>REGIÕES METROPOLITANAS</b>	<b>1981</b>	<b>1983</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>
Belém	50.9	57.6	45.9	45.1	46.6	39.6	43.4
Fortaleza	54.0	56.2	30.1	37.8	35.8	40.7	41.5
Recife	55.6	56.6	39.9	42.8	43.9	47.2	48.5
Salvador	43.1	43.8	37.5	39.4	33.9	39.9	39.2
Belo Horizonte	31.3	44.1	26.4	27.7	28.9	27.2	30.3
Rio de Janeiro	27.2	34.7	23.2	25.9	25.1	32.5	32.7
São Paulo	22.0	34.4	16.9	20.0	17.5	20.9	22.2
Curitiba	17.4	29.6	10.5	10.9	10.7	13.5	12.3
Porto Alegre	17.9	29.7	16.3	18.7	21.2	21.0	21.2
<b>Total</b>	<b>29.1</b>	<b>38.2</b>	<b>22.8</b>	<b>25.5</b>	<b>24.4</b>	<b>27.9</b>	<b>28.9</b>

Fonte: Rocha(1992). In Leone T. E. (1994).

Os dados de renda familiar *per capita* mostram que a proporção de famílias pobres oscilou com a conjuntura econômica. É difícil tentar especificar qual foi tendência deste indicador de pobreza ao longo da década. Somente na região metropolitana da Rio de Janeiro há sintomas claros de um aumento acentuado na proporção de famílias pobres (com renda inferior a linha de pobreza). Em Belém e Fortaleza, essa proporção, inclusive, parece ter diminuído. É duvidosa,

entretanto, a conveniência de se estabelecer uma linha de pobreza de valor real constante, porque é plausível supor que a renda mínima necessária para uma família se sustentar numa metrópole, cada vez maior, deve aumentar ao longo do tempo.

### **III. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA**

A participação feminina no mercado de trabalho é resultado de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, dada a necessidade da mulher de articular constantemente papéis familiares e profissionais. Estado conjugal e presença de filhos, associados à idade e escolaridade da mulher trabalhadora e às características do ciclo de vida da família são fatores que afetam a decisão da mulher de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Somam-se a isto as necessidades econômicas do grupo familiar<sup>10</sup>.

Supomos então, que ao lado dos demais fatores determinantes da participação feminina na PEA, o trabalho da mulher é majoritariamente exercido como meio de elevar a renda familiar, e está submetido à estrutura da família a que pertence. Desta forma, nos momentos de crise econômica a participação feminina poderia estar se apresentando mais elevada, ou seja, as mulheres estariam presentes no mercado de trabalho como uma estratégia para compensar a queda dos níveis de renda, decisão esta condicionada pela posição que a mulher ocupa no grupo familiar.

Os procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho feminino não levam em conta a contribuição dada pelas mulheres no papel de donas de casa ou pelas trabalhadoras do setor informal da economia. Logo, as estatísticas sobre participação econômica feminina precisam ser observadas cuidadosamente. Sabe-se, por meio de algumas aproximações, que cerca de metade das trabalhadoras encontra-se no setor informal, tendo, no entanto, o notável aumento da atividade feminina ocorrido no segmento formalizado do mercado,

---

<sup>10</sup>Bruschini (1995).

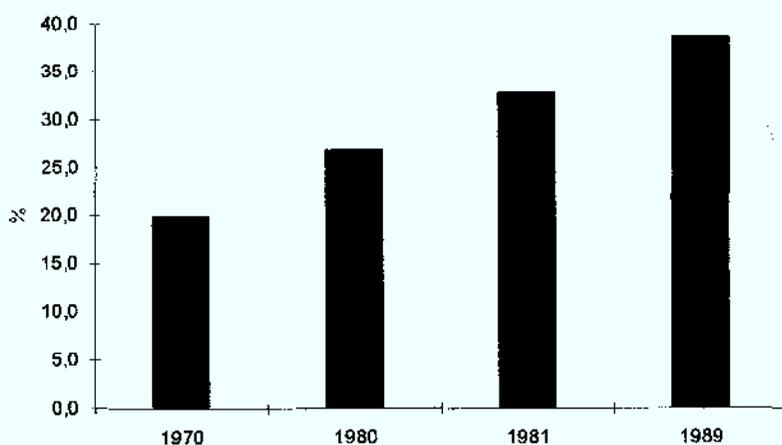
em ocupações de qualificação de nível médio, com rendimentos melhores e benefícios trabalhistas previstos pela Constituição de 1988<sup>11</sup>.

As projeções efetuadas para as taxas globais de atividade<sup>12</sup> até o ano 2000, tomando como base 1950, apontam para uma queda em torno do 10% para as taxas masculinas e um aumento de 125% para as taxas femininas<sup>13</sup>.

Tais índices projetados não deveriam surpreender, posto que as taxas de atividade feminina no setor formal no Brasil sempre foram baixas. A trajetória da participação da mulher na PEA, em contínuo crescimento nas décadas de 70 e 80, registrou taxas inferiores a 20% até 1970, atingiu 26,9% em 1980 e 32,9% em 1981, segundo dados do IBGE(1982). Se observarmos os números da PNAD de 1989, este indicador passa para 38,7%<sup>14</sup>.

### Gráfico1

TAXA DE ATIVIDADE FEMININA - BRASIL



<sup>11</sup>Bruschini (1995).

<sup>12</sup>Entende-se por taxas de atividade (masculina ou feminina) a proporção da população economicamente ativa em relação a população com idade para trabalhar.

<sup>13</sup> Cabral e Castro (1988).

<sup>14</sup>Ver, respectivamente, Brumer (1988) e Jatobá (1994).

Outros autores<sup>15</sup> apresentam a comparação entre a evolução das taxas do Brasil e dos EUA, respectivamente para os anos de 1976 e 1985, e 1970 e 1980; com intuito de ilustrar a subutilização da força de trabalho feminina no Brasil.

**TABELA 5**  
**ÍNDICE DE ATIVIDADE PARA MULHERES**  
**ACIMA DE 16 ANOS - (%)**

EUA		BRASIL	
1970	1980	1976	1985
41,6	51,7	28,7	36,9

Fonte: Extraído de Ramos e Soares.

Apesar do crescimento da participação da mulher na força de trabalho brasileira, a diferença entre os dois países aumentou. Além disso, em 1985 o índice para o Brasil não alcançou sequer o nível de 1970 dos EUA.

A isto acrescenta-se o já mencionado efeito das diferenciações econômico-regionais do país: as maiores taxas de participação feminina verificam-se na região sudeste, com 48,5%, o menor encontra-se na região norte, com 2,8% do total. A mesma tendência é observada pela análise da diferenciação salarial: está na região sudeste o melhor nível de remuneração devido ao seu desenvolvimento econômico mais avançado<sup>16</sup>.

Em 1990, as taxas de atividade feminina para o Brasil, Região Sudeste e Região Metropolitana de São Paulo (RM/SP) foram da ordem de 39,2%, 39,6% e 37,6%, respectivamente. Ao compararmos tais dados com os do início do período (tabela 6), percebemos que o maior crescimento de mulheres na PEA ocorreu na área metropolitana de São Paulo, com elevação de 7,3 pontos percentuais sobre os 29,9% de 1981. Com pequena diferença, o Brasil

<sup>15</sup>Ramos e Soares (1994).

<sup>16</sup>Números referentes ao ano de 1986, segundo Cabral e Castro (1988). Dados da PNAD 1986.

registrou um aumento da participação feminina da ordem de 6,3%, enquanto a região Sudeste passou de uma taxa de 33,7% em 1981 para 39,6% em 1990, subindo 5,9% pontos percentuais.

**TABELA 6**  
**EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA**  
**NA DÉCADA DE 80**

	1981	1990
<b>BRASIL</b>	32,9	39,2
<b>SUDESTE</b>	33,7	39,6
<b>SÃO PAULO (RG)</b>	29,9	37,2

Fonte: PNADs 1981, 1990, e Bruschini (1995).

Sabemos, no entanto, que na RM de São Paulo o ano de 1986 registrou melhores taxas de atividade feminina do que o ano de 1990: 38,5% contra os 37,2% citados; devido, provavelmente, aos efeitos positivos do Plano Cruzado.

Há também a questão das diferenças observadas entre homens e mulheres quanto ao nível da participação no mercado de trabalho<sup>17</sup>, renda, grau de instrução e setor de atividade. Variáveis que não são totalmente independentes entre si.

No que se refere a desigualdades de participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres, Bruschini (1995) proporciona informações para os anos de 1981 e 1990 para o conjunto do Brasil e para a região Sudeste.

Ao analisarmos a tabela 7, percebemos que tanto a PEA masculina quanto a feminina cresceram em números absolutos, mas o crescimento relativo de ambos entre 1981 e 1990 foi significativamente diferente: 27,5% para homens e 54,0% para as mulheres. Estes índices

---

<sup>17</sup>Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano das Organizações das Nações Unidas, divulgado para o ano de 1995, nos países em desenvolvimento as mulheres são responsáveis, em média, por 53% do trabalho remunerado e não remunerado, o que inclui o trabalho doméstico e informal. Nos países industrializados, esse número fica em 51%. O Relatório informa ainda que nenhum país oferece às mulheres as mesmas oportunidades de trabalho que aos homens, o que pode ser indicado pelo fato de que as mulheres representam 70% do total de pessoas vivendo em situação de pobreza absoluta no mundo. (Folha de S. Paulo, 18 de agosto, 1995).

resultaram numa queda da participação percentual masculina na PEA total e em simultâneo aumento da participação feminina, nos anos oitenta, como apresentado pela coluna 3 da tabela.

Se observarmos os números referentes às taxas de atividade, constatamos um aumento marcante das mulheres no mercado de trabalho, enquanto as taxas masculinas mantiveram-se praticamente estáveis.

**TABELA 7**  
**INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO**  
**E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO**  
**Brasil e Região Sudeste, 1981 e 1990**

SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	PEA (Em milhões)		Porcentagem na PEA		Crescimento Relativo (%)	Taxas de Atividade	
	1981	1990	1981	1990		1981	1990
<b>BRASIL</b>							
TOTAL							
Homens	32,6	41,6	68,7	64,5	27,5	74,6	75,3
Mulheres	14,9	22,9	31,3	35,5	54,0	32,9	39,2
URBANO							
Homens	22,3	29,7	66,4	62,2	33,1	71,5	72,8
Mulheres	11,3	18,0	33,6	37,8	59,7	33,7	40,1
RURAL							
Homens	10,4	11,9	74,3	71,0	15,3	82,5	82,4
Mulheres	3,6	4,9	25,7	29,0	36,1	30,6	36,0
<b>SUDESTE</b>							
TOTAL							
Homens	15,0	18,9	68,3	63,8	25,4	74,1	74,5
Mulheres	7,0	10,7	31,7	36,2	52,8	33,7	39,6
URBANO							
Homens	12,4	15,8	66,4	62,2	27,1	72,7	73,1
Mulheres	6,3	9,6	33,6	37,8	52,6	34,9	40,7
RURAL							
Homens	2,6	3,1	78,5	73,6	17,7	81,9	82,3
Mulheres	0,7	1,1	21,5	26,4	53,9	25,7	32,0

Fonte: FIBGE. PNAD 1981-1990. In: Bruschini In (1995).

Apesar da permanente elevação do contingente feminino na PEA, até o início da década de noventa, as mulheres ainda não haviam atingido a marca de 40% do conjunto dos trabalhadores urbanos e 30% dos rurais, sendo que constituem a metade da população do país.

Os indicadores obtidos deste quadro para a região Sudeste praticamente acompanharam os resultados mostrados para o Brasil como um todo, com as informações das áreas urbanas sutilmente mais elevadas.

Tais dados mostram que os níveis da atividade masculina, muito mais elevadas do que a feminina, principalmente nas áreas rurais, tem se mostrado estáveis ao longo da última década. Entretanto as taxas de atividade feminina tem crescido sistematicamente no mesmo período, no Brasil e no Sudeste.

#### **IV. REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER**

Quanto à variável renda, Cabral e Castro (1988) mostram que do total da PEA com rendimento até 1/2 salário mínimo, 62,1% são mulheres, enquanto 37,9% são homens. Indicam os autores que também para faixas superiores de renda<sup>18</sup>, os homens recebem melhores salários. Para o ano de 1989, Jatobá (1994) indica que os salários femininos foram proporcionais a 63% do salário masculino, para o Brasil como um todo, sem grandes variações entre as regiões.

Na análise da distribuição dos trabalhadores segundo faixas de rendimento médio mensal para 1990, elaborada por Bruschini (1995), vemos detalhadamente as diferenciações salariais entre homens e mulheres. Confirma-se por estes dados que os salários femininos continuam a ser proporcionalmente menores que os masculinos.

---

<sup>18</sup>No entanto, informações contidas no Relatório citado mostram praticamente nenhuma diferença entre os salários médios das mulheres dos EUA e do Brasil, em proporção de salários pagos aos homens.

Salário médio das mulheres (em % do salário masculino) para o ano de 1995:

Brasil.....76%

EUA.....75%

Fonte: Folha de São Paulo. Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 1995 - ONU.

Efetivamente, as mulheres concentram-se em faixas inferiores de renda com maior frequência que os homens<sup>19</sup>.

**TABELA 8**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO A FAIXA DE**  
**RENDIMENTO MENSAL**  
**Brasil e Região Sudeste, 1990**

CLASSES DE RENDIMENTO	BRASIL		SUDESTE	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 1/2 s.m	4,5	11,6	2,3	6,7
1/2 a 1 s.m	13,0	17,7	9,6	16,3
1 a 2 s.m	19,7	20,9	17,2	22,8
2 a 5 s.m	28,4	22,0	32,2	27,7
5 a 10 s.m	13,2	8,4	17,3	10,6
Mais de 10 s.m	6,4	3,9	8,4	5,2
Mais de 20 s.m	4,1	1,6	5,4	2,0
Sem rendimento	10,0	13,3	6,7	7,9
Sem declaração	0,8	0,6	0,1	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Em milhões</b>	<b>41.6</b>	<b>22.9</b>	<b>18.9</b>	<b>10.7</b>

Fonte: FIBGE, PNAD - 1990. In: Bruschini In (1995).

Esta distribuição dos rendimentos entre homens e mulheres é reflexo direto da configuração do mercado de trabalho relativa à segmentação das ocupações por gênero. A observação dos trabalhadores segundo setor de atividade indica a existência de diferenças ocupacionais segundo sexo.

## V. SETOR DE ATIVIDADE E OCUPAÇÃO POR GÊNERO

A evolução da distribuição das trabalhadoras entre os diversos setores de atividade ao longo da década para o Brasil, Sudeste e região metropolitana de São Paulo está indicada na tabela 9. Os números mostram que houve um deslocamento das trabalhadoras do setor agrícola e

<sup>19</sup>Se forem observados os rendimentos médios mensais dos ocupados segundo cor, sexo e domicílio, de acordo com trabalho de Bruschini (1995) já citado, as desigualdades serão ainda mais intensas. Os dados apresentados pela autora revelaram que trabalhadores pretos e pardos ganham menos do que brancos de qualquer sexo, sendo que as trabalhadoras negras são as mais prejudicadas, tendo rendimentos bem inferiores aos das brancas.

da prestação de serviços para atividades sociais, comércio e administração. Este processo deveu-se sobretudo ao fato de que o setor terciário foi o principal responsável pela geração do postos de trabalho na década de 80 e pela absorção do crescimento da mão-de-obra feminina no período. Os setores com maior presença feminina foram: prestação de serviços, comércio, indústria de transformação e setor social, para região Sudeste e RM de SP (tabela 9). Quanto ao Brasil, ainda tem considerável peso relativo o setor agrícola, embora tenha caído 5,8% entre 1981 e 1990, passando de 19,8% para 14,0%; como reflexo da elevação da participação feminina em atividades no comércio (de 9,8% para 12,2%), atividades sociais (de 16,6% para 18,6%) e atividades administrativas (de 3,0% para 4,0%).

**TABELA 9**  
**DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORAS POR SETOR DE ATIVIDADE**  
**Brasil e Região Sudeste, 1981 e 1990**

SETOR DE ATIVIDADE	BRASIL		SUDESTE		SÃO PAULO (RG)	
	1981	1990	1981	1990	1981	1990
Agrícola	19,8	14,0	8,6	5,7	0,4	0,2
Indústria de Transformação	11,9	12,8	15,7	15,5	22,3	21,0
Indústrias de Construção	0,5	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7
Outras atividades industriais	0,5	0,5	0,5	0,4	0,3	0,5
Comércio de mercadorias	9,8	12,2	10,2	13,8	11,8	13,9
Prestação de Serviços	31,8	30,9	36,1	33,8	34,6	31,7
Serv. Aux. de ativ. econ.	2,2	3,0	2,9	4,0	2,5	5,4
Transporte e Comunicação	1,0	1,0	1,3	1,0	1,3	0,7
Social	16,6	18,6	17,5	18,4	18,9	18,3
Administração	3,0	4,0	2,8	3,3	3,7	4,2
Outros	2,8	2,7	3,8	3,5	3,6	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
(em milhões)	14,2	22,1	6,6	10,3	0,96	1,60

Fonte: PNADs 1981, 1990, e Bruschini (1995).

Na região Sudeste e RM de São Paulo, a variação da distribuição das mulheres trabalhadoras segundo setor de atividade ficou por conta dos setores de prestação de serviços e comércio de mercadorias.

Em ambas regiões também houve queda do trabalho feminino no setor agrícola e crescimento em atividades administrativas e serviços auxiliares da economia, apesar destes setores

não representarem grande fonte de absorção da mão-de-obra feminina quando comparados aos outros.

Em 1990, a distribuição dos trabalhadores por setor de atividade apontou que as mulheres - ao contrário dos homens, distribuídos mais equitativamente pelos setores - concentravam-se sobretudo na prestação de serviços e atividades nos setores social, agrícola e industrial. No Sudeste, são predominantes os setores ligados a atividades industriais e urbanas, com destaque para serviços, atividades sociais e indústria de transformação.

**TABELA 10**  
**DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES, POR SEXO**  
**E SETOR DE ATIVIDADE**  
**Brasil e Região Sudeste, 1990**

SETOR DE ATIVIDADE	BRASIL		SUDESTE	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agrícola	28,1	14,0	15,7	5,7
Indústria de Transformação	17,6	12,8	23,2	15,5
Indústrias de Construção	9,4	0,4	10,2	0,5
Outras atividades industriais	2,1	0,5	1,8	0,4
Comércio de mercadorias	12,3	12,2	13,0	13,8
Prestação de Serviços	10,4	30,9	12,1	33,8
Serv. Aux. de ativ. econ.	3,3	3,0	4,4	4,0
Transporte e Comunicação	5,2	1,0	6,7	1,0
Social	3,3	18,6	4,0	18,4
Administração	5,1	4,0	5,2	3,3
Outros	3,0	2,7	3,6	3,5
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>(Em milhões)</b>	<b>40.0</b>	<b>22.1</b>	<b>18.1</b>	<b>10.3</b>

Fonte: FIBGE, PNAD - 1990. In: Bruschini In (1995).

Informações relativas ao mesmo ano para grupos ocupacionais confirmam que ainda vigora a predominância de mulheres em ocupações tipicamente femininas<sup>20</sup>.

<sup>20</sup>Esta tendência de segmentação sexual do mercado de trabalho brasileiro já fora apontada por outros autores. Brumer (1988) fornece, para o ano de 1980, uma breve relação de tipos ocupacionais predominantes entre 73% das mulheres presentes na PEA urbana do Brasil, destacando a ocorrência marcante de atividades consideradas femininas: empregadas domésticas, funções burocráticas, professoras, costureiras, enfermeiras, etc. Tais dados

De acordo com o trabalho de Bruschini (1995), alguns grupos ocupacionais possuem uma divisão sexual mais simétrica tais como ocupações administrativas e comércio, enquanto outras são evidentes diferenciadas segundo gênero. A tabela 11 mostra que tanto no Brasil quanto na região selecionada, as mulheres estão quase ausentes das atividades do setor de transportes e comunicações, e destacadamente presentes em ocupações técnicas, científicas e artísticas, resultado provavelmente decorrente da atuação feminina no magistério e área de saúde.

**TABELA 11**  
**DISTRIBUIÇÃO DAS TRABALHADORAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO**  
**Brasil e Região Sudeste, 1981 e 1990**

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	BRASIL		SUDESTE	
	1981	1990	1981	1990
Téc., Cient., Art.	11,9	13,3	12,5	13,8
Administrativa	13,5	14,9	17,3	19,0
Agropec. e Ext. Veg. e Animal	19,5	13,2	8,4	5,4
Ind. Transf. e Const. Civil	13,5	12,7	15,2	13,7
Comércio	8,9	12,2	9,4	12,5
Transporte e Comunicação	0,7	0,7	0,9	0,9
Prestação de Serviços	25,6	24,1	29,8	25,9
Outra Ocupação	6,4	8,9	6,5	8,8
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FIBGE. PNAD - 1990. In: Bruschini In (1995).

Pode-se observar que houve ao longo da década um significativo aumento da participação feminina no comércio e nas atividades administrativas e técnico-científicas.

A desagregação das ocupações em grupos mais específicos, dadas pela RAIS<sup>21</sup> de 1988, referentes ao Brasil, indicam a pouca diversificação do trabalho feminino revelada pela persistência da segregação ocupacional presente no setor formal da economia. As atividades com maciça

---

estão baseados em informações censitárias, logo não se faz possível compará-los com dados da PNAD(1990) devido a diferentes critérios adotados pelas duas fontes.

<sup>21</sup>Relatório Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho.

presença feminina continuam sendo as de costureiras, professoras, secretárias, telefonistas enfermeiras, datilógrafas, cozinheiras e outras.

**TABELA 12**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E GRUPOS DE OCUPAÇÃO**  
**Brasil e Região Sudeste, 1990**

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	BRASIL		SUDESTE	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Téc., Cient., Art.	4,4	13,3	5,7	13,8
Administrativa	14,7	14,9	17,4	19,0
Agropec. e Ext. Veg. e Animal	25,5	13,2	13,8	5,4
Ind. Transf. e Const. Civil	23,5	12,7	28,2	13,7
Comércio	9,9	12,2	10,1	12,5
Transporte e Comunicação	5,8	0,7	7,0	0,9
Prestação de Serviços	2,6	24,1	3,4	25,9
Outra Ocupação	13,6	8,9	14,4	8,8
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FIBGE. PNAD - 1990. In: Bruschini In (1995).

Entretanto, mesmo com a segmentação ainda marcante do mercado de trabalho, não se pode afirmar que esta tendência venha aumentando. Sabe-se que em 1970, 74% das mulheres que trabalhavam concentravam-se em seis ocupações: emprego doméstico, trabalhadoras do campo e operárias na indústria do vestuário, secretárias e vendedoras com nível médio de escolaridade, professoras. Em 1980, tais ocupações empregavam 66% das trabalhadoras, devido a redução de mulheres no emprego doméstico, na agricultura e no magistério, e aumento das secretárias e comerciárias.<sup>22</sup>

## **VI. OUTROS ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ATIVIDADE**

### **ECONÔMICA**

Também é conhecido que a mão de obra feminina vem apresentando índices de escolaridade ligeiramente superiores aos masculinos: em geral, a mulher trabalhadora completa

<sup>22</sup>Bruschini (1995).

mais anos escolares que o homem, caso consiga ingressar na escola, sugerindo que à mulher é necessário ter mais anos de estudo que ao homem para conseguir entrar no mercado de trabalho.

Os dados da tabela 13 confirmam a intensa associação entre escolaridade e participação das mulheres no mercado de trabalho. Quanto maior o nível de instrução, maior a probabilidade da mulher trabalhar fora de casa. Em 1990, cerca de 64% das mulheres brasileiras com 9 anos ou mais de escolaridade eram ativas, e no mesmo ano a taxa de atividade das que não tem instrução foi de 28%. A mesma tendência é observada na região Sudeste.

**TABELA 13**  
**TAXAS FEMININAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
**POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE**  
**Brasil e Região Sudeste, 1981 e 1990**

ANOS DE ESTUDO	BRASIL		SUDESTE	
	1981	1990	1981	1990
Sem instrução e menos de 1 ano	24,9	28,0	22,8	25,4
1 a 4 anos	29,1	32,4	28,7	31,2
5 a 8 anos	33,8	39,2	34,7	39,7
9 anos e mais	58,6	63,9	58,4	62,9
<b>TOTAL</b>	<b>32,9</b>	<b>39,2</b>	<b>33,7</b>	<b>39,6</b>

Fonte: FIBGE. PNAD - 1981 - 1990. In: Bruschini In (1995).

Ao lado dos fatores sócio-econômicos para elevação da atividade feminina, há os demográficos. O período de 1980 a 1985, pertencente à década que registrou taxas crescentes de participação produtiva feminina, registrou também a evolução decrescente da taxa específica de fecundidade em todas as faixas etárias. Entre os anos apontados, a taxa de fecundidade geral passou de 4,56 em 1980 para 3,89 em 1985, filhos por mulher em idade reprodutiva<sup>23</sup>.

A queda do nível de fecundidade acompanhada por um aumento da participação feminina na PEA sugere a existência de uma relação inversamente proporcional entre estes fatores.<sup>24</sup>

<sup>23</sup>Cabral e Castro (1988).

<sup>24</sup>A função procriadora da mulher consiste em um obstáculo à sua participação na atividade produtiva: ela entra no mercado de trabalho jovem para depois abandoná-lo ao atingir a idade reprodutiva, devido ao casamento ou ao

Mas sabe-se que apesar deste fenômeno, características como idade, estado conjugal, posição na família e a condição de maternidade interferem no grau de inserção da mulher no mercado de trabalho.

As taxas de participação feminina segundo as faixas etárias para a década de 80 foram crescentes para mulheres de todas as idades (entre 15 e 59 anos), merecendo destaque a faixa dos 30 aos 39 anos que superou a marca dos 50% (tabela 14). Trata-se de uma mudança bastante significativa no perfil da força de trabalho feminina, confirmada pela análise das taxas de atividade segundo a posição da mulher na família.

**TABELA 14**  
**TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ATIVIDADE**  
**POR FAIXA ETÁRIA**  
**Brasil e Região Sudeste, 1981 e 1990**

FAIXAS ETÁRIAS	BRASIL				SUDESTE			
	1981		1990		1981		1990	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 14	26,4	12,2	24,3	10,6	19,3	10,1	17,4	8,2
15 a 19	70,1	38,5	71,8	41,4	69,2	42,5	70,1	44,8
20 a 24	91,9	45,8	92,1	52,9	92,0	49,6	92,6	58,3
25 a 29	96,7	42,9	96,2	52,7	96,6	44,2	96,4	54,6
30 a 39	97,2	42,2	96,9	54,7	97,0	42,4	96,7	53,6
40 a 49	93,8	38,4	94,5	49,5	92,9	36,8	93,9	47,1
50 a 59	82,4	27,6	82,3	34,5	78,7	25,5	78,7	31,6
60 ou mais	45,1	9,9	46,0	11,5	39,3	9,2	39,4	10,1
<b>TOTAL</b>	<b>74,6</b>	<b>32,9</b>	<b>75,3</b>	<b>39,2</b>	<b>74,1</b>	<b>33,7</b>	<b>74,5</b>	<b>39,6</b>

Fonte: FIBGE. PNAD - 1981 - 1990. In: Bruschini In (1995).

nascimento dos filhos, podendo ou não retornar ao trabalho quando estes crescem. Cabe lembrar que o controle sobre a fecundidade aumenta com o nível de escolaridade da mulher; logo, a tendência observada é que para níveis crescentes de instrução seja progressiva a queda das taxas de fecundidade.

**TABELA 15**  
**TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ATIVIDADE**  
**SEGUNDO POSIÇÃO NA FAMÍLIA**  
**Brasil e Região Sudeste, 1990**

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	BRASIL		SUDESTE	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Chefes	87,5	51,2	85,6	50,7
Cônjuges	80,7	37,6	80,7	35,6
Filhos	59,2	36,2	58,1	40,5
Outros	64,8	28,1	66,9	31,4
Sem parentesco	84,7	80,0	86,1	86,4
<b>TOTAL</b>	<b>76,2</b>	<b>39,2</b>	<b>74,4</b>	<b>39,6</b>

Fonte: FIBGE. PNAD - 1990. In: Bruschini In (1995).

Os maiores índices da participação feminina são de mulheres chefes de família. No sudeste, o pico de atividade entre as mulheres corresponde a faixa etária de 20 a 24 anos, quando elas geralmente ocupam a posição de filhas no grupo familiar. A partir dessa idade, começam a tornar-se esposas e mães, reduzindo sua participação produtiva nas idades seguintes. Com o crescimento dos filhos, podem ou não voltar ao mercado de trabalho.

**CAPÍTULO III: PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA SEGUNDO TIPO DE FAMÍLIA  
NA DÉCADA DE 80 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

## I. MULHERES TRABALHADORAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO SEGUNDO TIPOS DE FAMÍLIA

Muitos trabalhos foram feitos desde a década de 70 sobre o contínuo aumento da participação da mulher na força de trabalho brasileira. Vários autores dedicaram-se à manipulação e análise de dados sobre este fenômeno, ora considerando o universo nacional, ora elaborando comparações regionais. Buscando delinear tendências e fatores determinantes para a crescente procura feminina por trabalho, as pesquisas realizadas consideraram tanto as diferentes estruturas familiares quanto os efeitos dos ciclos econômicos - este último fator com maiores limitações, dada a reconhecida natureza específica do trabalho feminino. Foram também observados os diferenciados graus de desenvolvimento das distintas regiões do país.

Na região metropolitana de São Paulo, a inserção das mulheres na atividade produtiva também foi crescente na última década: enquanto a taxa de participação masculina permaneceu constante em 75,1%, a taxa feminina passou de 37,1% em 1981 para 41,2% em 1990. Este fenômeno refletiu sobre a composição da PEA por gênero, cuja proporção de mulheres variou de 33,8% para 41,2% no período.

Pretende-se, nesta etapa do trabalho, averiguar se o aumento da participação feminina no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo (RMSP) foi acompanhado por mudanças no tipo de ocupações exercidas pelas mulheres. Foram pesquisadas as variáveis posição na ocupação e setor de atividade a partir de dados das PNADs<sup>1</sup> referentes aos anos de 1981 e 1990.

---

<sup>1</sup>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Fundação IBGE.

De acordo com o critério de que a configuração da família condiciona a participação da mulher na atividade econômica, as mulheres presentes na PEA foram classificadas em função do tipo de família a que pertencem. O universo de pesquisa escolhido foi o de famílias com mulheres na posição de chefes ou cônjuges do chefe. Foram excluídas da análise as famílias que não contêm nenhuma mulher ou apenas mulheres na posição de filhas ou agregadas.

O aumento da participação feminina na atividade econômica foi particularmente intenso no Brasil, entre as chefes de família e as esposas, como mostrado no capítulo I. O mesmo ocorreu na região metropolitana de São Paulo. A tabela 1 indica que do total de mulheres presentes na PEA da RMSP em 1981, 55% se encontravam na posição de chefes ou cônjuges; proporção que se elevou para 61% em 1990.

**TABELA 1**  
**DISTRIBUIÇÃO DA PEA FEMININA SEGUNDO A POSIÇÃO**  
**DA MULHER NA FAMÍLIA**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981 E 1990**

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	1981		1990	
CHEFES OU CÔNJUGES	1.004.536	54,7	1.774.615	60,9
FILHAS OU AGREGADAS	832.206	45,3	1.139.123	39,1
<b>TOTAL DE MULHERES NA PEA</b>	<b>1.836.742</b>	<b>100,0</b>	<b>2.913.738</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNADs de 1981 e 1990.

Para os fins desta pesquisa, numa tipologia diferente da usualmente utilizada (esposas, chefes, filhas, agregadas e outros<sup>2</sup>), as mulheres chefes ou cônjuges foram classificadas nos seguintes tipos de famílias<sup>3</sup>:

F<sub>1</sub>: mulher só

<sup>2</sup>Alguns autores, já citados, que utilizaram esta tipologia foram: Sedlacek (1992), Jatobá (1994) e Bruschini (1995).

<sup>3</sup>Leone, E. T. (1996). A metodologia que utilizaremos foi proposta pelo projeto de pesquisa "Mulher, Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil: um Estudo da Inserção da Mulher na Atividade Econômica e suas Implicações para a Família

F<sub>2</sub>: mulher e filhos

F<sub>3</sub>: mulher com marido

F<sub>4</sub>: mulher com marido e até dois filhos

F<sub>5</sub>: mulher com marido e mais de dois filhos

F<sub>6</sub>: homens e filhos

Para averiguar se a situação ocupacional dessas mulheres do ponto de vista da posição na ocupação e setor de atividade se modificou ao longo da década de 80, comparando as situações em 1981 e 1990, será considerada na análise da tipologia familiar proposta o nível de renda *per capita* das famílias através do critério de linhas de pobreza segundo metodologia de Rocha (1992). As linhas de pobreza foram agregadas de modo a definir quatro intervalos de níveis de rendas *per capita* em que se situa a família.

## **II. PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA DAS MULHERES CHEFES OU CÔNJUGES**

A tabela 2 mostra a participação na atividade econômica das mulheres chefes ou cônjuges segundo a aplicação da tipologia familiar adotada.

A primeira coluna indica a proporção de cada família em relação ao total de famílias observadas. A maioria das famílias com mulheres é dos tipos F4 (mulher com marido e até dois filhos) e F5 (mulher com marido e mais de dois filhos); abrangendo juntas 68% em 1981 e 64% em 1990. Tal diminuição do peso relativo destas famílias ocorreu basicamente em função da

redução da ocorrência das famílias tipo F5 (mulher com marido e mais de dois filhos) em contrapartida ao aumento da ocorrência de famílias F2 (mulher e filhos) de 13% para 16%.

A redução da frequência relativa das famílias de mulheres com marido e mais de dois filhos (F5) sugere um provável aumento da incidência de separações conjugais, simultaneamente ao crescimento da frequência de mulheres com filhos e sem marido (F2). As famílias com mulheres casadas e sem filhos (F3) e casadas com até dois filhos (F4) mantiveram-se no mesmo nível, ilustrando a tendência à queda na taxa de fecundidade.

A terceira coluna da tabela fornece a proporção de famílias com mulheres chefes ou cônjuges presentes na PEA (taxa de participação) em relação ao total de famílias. Em todos os tipos de famílias, com exceção de F1 (mulher só), houve um aumento da atuação de mulheres na atividade econômica. A taxa de participação produtiva do total de mulheres chefes ou cônjuges (exclui as famílias tipo F6, de homens e filhos) evoluiu de 31,4% em 1981 para 39,7% em 1990.<sup>4</sup>

Este aumento da participação das esposas e chefes na atividade produtiva resultou numa elevação da proporção destas mulheres no total de mulheres presentes na PEA. A coluna 4 mostra a variação de mulheres na PEA segundo cada tipo de família, que no conjunto total de famílias passou de 54,7% em 1981 para 61% em 1990, já indicado na tabela 1.

Se considerarmos a participação produtiva feminina segundo a distribuição das mulheres por tipos de família, dado pela coluna 2, veremos que entre 1981 e 1990 houve aumento da proporção das mulheres pertencentes a F4 (mulher com marido e até dois filhos) de 31% para 35%.

---

<sup>4</sup>Tais índices não constam da tabela 2 e são resultado do seguinte cálculo: dividiu-se o total de famílias com mulheres chefes ou cônjuges na PEA pelo total de famílias com mulheres chefes ou cônjuges; denominador equivalente ao total de famílias menos F<sub>6</sub>.

Em 1981, as mulheres de F4 já constituíram a maior parcela no total de esposas e chefes presentes na PEA (31%), apesar de apresentarem naquele ano uma baixa taxa de participação (24%). Em 1990, ainda apresentaram a menor taxa (34%), tiveram no período, no entanto, o maior aumento no índice de participação, de 24% para 34,4%.

**TABELA 2**  
**PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA DAS MULHERES CHEFES OU CÔNJUGES**  
**CLASSIFICADAS POR TIPO DE FAMÍLIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981 E**  
**1990**

	1981					1990					
	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	
F1	3,7	6,7	49,7	100,0	4,9	F1	4,3	5,1	44,9	100,0	3,4
F2	13,1	24,4	56,9	51,9	6,4	F2	15,9	24,2	58,8	56,5	4,8
F3	12,4	13,1	32,2	100,0	4,8	F3	12,6	13,0	39,7	100,0	3,1
F4	39,4	31,2	24,2	65,5	3,9	F4	39,2	35,0	34,4	72,2	2,5
F5	28,7	24,6	26,2	38,6	1,9	F5	25,1	22,7	35,0	45,8	3,3
F6	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	F6	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>30,6</b>	<b>54,7</b>	<b>4,2</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>38,5</b>	<b>60,9</b>	<b>3,3</b>

Fonte: PNADs de 1981 e 1990.

I. TOTAL DE FAMÍLIAS

II. MULHERES CHEFES OU CÔNJUGES NA PEA

III. FAMÍLIAS COM MULHERES CHEFES OU CÔNJUGES NA PEA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FAMÍLIAS

IV. CHEFES OU CÔNJUGES NO TOTAL DE MULHERES DA PEA

V. TAXA DE DESEMPREGO

Com relação às taxas de desemprego para o total de mulheres pesquisado (coluna 5), percebemos que houve um decréscimo de 4% em 1981 para 3% em 1990, tendo diferenças os índices para cada tipo de família observado.

Constatamos que o aumento da participação da mulher na atividade econômica ocorreu principalmente entre as mulheres na posição de chefes ou cônjuges (de 54,7% para 61% conforme coluna IV da tabela 2), e as taxas de participação destas mulheres aumentaram sobretudo nas famílias constituídas por mulher, marido e filhos, até dois filhos, F4, e mais de dois filhos, F5.

Dado que o objetivo deste trabalho é verificar se o aumento da participação feminina na atividade econômica, no universo de mulheres na posição de esposas ou chefes, ocorreu ou não com mudanças significativas no tipo de trabalho, e em função da necessidade de limitar a abrangência desta pesquisa, escolhemos concentrar o estudo sobre as mulheres pertencentes às

famílias do tipo F4, de mulheres com marido e até dois filhos, que apresentaram no período o maior índice relativo de mulheres na PEA (31,2% em 1981 e 35% em 1990) e maior crescimento de taxa participativa produtiva (coluna 3).

### **III. O TRABALHO DAS MULHERES PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS DE MULHERES COM MARIDO E ATÉ DOIS FILHOS (F4)**

Inicialmente, procuramos especificar o nível de renda *per capita* das famílias do tipo F4 em que a mulher trabalha. Isto foi feito pela comparação da distribuição deste tipo familiar por faixa de renda *per capita* com as distribuições de renda dos outros tipos familiares que contêm mulheres trabalhadoras.

A tabela 3 mostra esta comparação entre as famílias segundo os níveis de renda. Em todas as famílias analisadas as mulheres - esposas ou chefes - trabalham; e foi observada que para o total de famílias as mulheres com renda *per capita* abaixo de 1 linha de pobreza tiveram, nos dois anos observados, uma frequência menor do que as das demais faixas de renda. Isto mostra que, ainda que ocorra mulheres que trabalham em famílias com renda *per capita* muito baixa, a remuneração dessas mulheres podem estar contribuindo significativamente para situar a família em faixas de renda superiores.

Também constatou-se que houve, durante a década, uma melhor distribuição das famílias de mulheres chefes ou cônjuges trabalhadoras pelas faixas de renda consideradas.

Quanto à distribuição das famílias nos níveis de renda estabelecidos, observadas individualmente, percebemos que, tanto em 1981 quanto 1990, as de tipo F4 (mulher com marido e até dois filhos) apresentam um perfil intermediário em relação às famílias F3 (mulher com marido) e F5 (mulher com marido e mais de dois filhos); F3 com melhor perfil distributivo devido

à maior incidência nos níveis mais elevados de renda e F5, ao contrário, com maior incidência de famílias nos níveis mais baixos.

As mulheres do grupo F4 sofreram pequenas variações na década quanto à distribuição de renda *per capita*, nas faixas de 1 a 2 LPs e de 4 LPs ou mais, sendo a proporção de mulheres nas outras faixas de renda verificada em 1981 praticamente a mesma que a encontrada em 1990.

Diferentemente, as mulheres dos outros tipos de, principalmente as de F1 (mulher só) e F5 (mulher com marido e mais de dois filhos), apresentaram sensíveis modificações na distribuição de renda *per capita*. A mudança ocorrida na década de oitenta foi no sentido de uma elevação da renda *per capita* das famílias, dado o visível aumento da proporção de famílias nas faixas mais elevadas de renda.

A mesma tendência de melhora na distribuição de renda foi observada para o total de mulheres trabalhadoras da RMSP, embora um pouco menos pronunciada, uma vez que o geral das famílias não revela a significativa diferença distributiva que vigora em função do tipo familiar.

**TABELA 3**  
**DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CHEFES OU CÔNJUGES QUE TRABALHAM CLASSIFICADAS**  
**SEGUNDO TIPO DE FAMÍLIA E FAIXAS DE RENDA *PER CAPITA***  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981 E 1990**

LINHAS DE POBREZA	1981						1990					
	TIPOS DE FAMÍLIA						TIPOS DE FAMÍLIA					
	F4	F1	F2	F3	F5	TOTAL	F4	F1	F2	F3	F5	TOTAL
ATÉ 1 LP	6,2	5,9	22,9	3,4	23,2	14,1	5,5	3,8	20,8	1,9	16,4	11,2
DE 1 A 2 LPs	24,1	15,3	32,2	10,2	40,0	27,8	18,0	7,5	28,4	8,8	31,2	21,8
DE 2 A 4 LPs	30,9	29,9	25,2	27,1	20,8	26,4	31,2	25,0	25,8	27,3	25,4	27,8
4 LPs OU MAIS	38,8	48,9	19,7	59,3	16,0	31,7	42,0	61,2	23,0	61,0	23,3	36,4
IGN.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	2,5	2,0	1,0	3,7	2,8
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNADs de 1981 e 1990.

#### **IV. DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS DE F4 SEGUNDO FAIXAS DE RENDA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

Ao detalharmos a análise sobre as mulheres da RMSP que trabalham pertencentes a F4, observando a sua distribuição por posição na ocupação, nos anos de 1981 e 1990, vemos que houve alguma alteração no período.

Na tabela 4, a coluna dos totais de cada ano, indica que houve diminuição da proporção das mulheres trabalhadoras não remuneradas (de 5,5% em 1981 para 3% em 1990) e elevação da proporção de trabalhadoras por conta própria (de 23,5% para 27%). Da mesma forma, houve redução do percentual de empregadas sem carteira assinada e aumento do emprego com vínculo empregatício (com carteira assinada).

Ao incluirmos na análise a divisão segundo os diferentes tipos de rendimento, notamos que no caso das famílias situadas na faixa até 1 LPs aumentou significativamente a proporção das que são empregadas com carteira de trabalho (de 25% para 62%), diminuindo de forma marcante a das outras em todas as posições de ocupação restantes. Isto revela que houve na década uma mudança favorável para as mulheres trabalhadoras de baixa renda no que se refere à situação de emprego, o que provavelmente está vinculado a alterações ocorridas no setores de atividade onde as mulheres se concentram. Veremos, na tabela 5, que houve na década uma queda do número de mulheres de baixa renda no setor de serviços, ou seja emprego doméstico em geral sem carteira assinada, e aumento na indústria de transformação e outras atividades.

Para mulheres situadas nos níveis de 1 a 2 LPs e 2 a 4 LPs, não houve grande modificação no perfil apresentado na década.

No nível dado por 4 LPs ou mais, houve aumento do número de trabalhadoras por conta própria e redução das situadas nas demais posições de ocupação, especialmente as não-remuneradas e empregadas com carteira.

Vale destacar que os dados do ano de 1990 mostram a categoria de mulheres trabalhadoras cuja faixa de renda é ignorada - o que não foi observado em 1981. A maioria delas ou possui carteira assinada (42%) ou trabalha por conta própria (47%), reforçando a hipótese de mudanças importantes na distribuição de mulheres por setor de atividade.

**TABELA 4**  
**MULHERES CHEFES OU CÔNJUGES DE F4 SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO CLASSIFICADAS POR FAIXA DE RENDA *PER CAPITA* - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981 E 1990**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1981					1990					
	até 1 LP	1 a 2 LP	2 a 4 LP	4 LP e mais	TOTAL	até 1 LP	1 a 2 LP	2 a 4 LP	4 LP e mais	IGN.	TOTAL
NÃO-REMUNERADA	15,9	4,6	4,5	5,1	5,5	3,1	5,8	3,4	1,7	0,0	3,0
EMPREG. C/ CART. ASSIN.	25,0	44,2	50,5	66,7	53,7	62,5	41,7	51,7	61,6	42,1	54,3
EMPREG. S/ CART. ASSIN.	34,1	23,3	12,3	6,5	14,0	25,0	25,2	14,4	5,3	10,5	13,0
EMPRG. SITUAÇÃO IGN.	0,0	0,0	0,4	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CONTA-PRÓPRIA	25,0	27,9	30,5	14,9	23,5	9,4	26,2	29,4	26,0	47,4	27,0
EMPREGADORA	0,0	0,0	1,8	6,5	3,1	0,0	1,1	1,1	5,4	0,0	2,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNADs de 1981 e 1990

Constatamos que a pouco pronunciada alteração do perfil geral de posições na ocupação das mulheres trabalhadoras de F4 encobre dois tipos de mudanças diferentes nas famílias de baixa renda e alta renda. Enquanto nas de baixa renda houve aumento da importância relativa das empregadas com carteira assinada, nas de alta renda houve elevação da importância das trabalhadoras por conta própria.

Logo, o aumento da participação da mulher de F4 na atividade produtiva ocorreu com modificações no tipo de trabalho, no que tange às posições na ocupação. O fato de ter aumentado

o peso das empregadas com carteira assinada nas famílias de baixa remuneração reflete que apesar do vínculo empregatício formalizado, tais trabalhadoras ainda recebem salários relativamente baixos. Já o aumento da importância relativa do trabalho por conta própria entre famílias de alta renda faz parte de um processo de valorização de trabalhos não assalariados nesta faixa de renda diante da desvalorização salarial ocorrida na segunda metade da década de 80 em função do agravamento da inflação.

A tabela 5 indica a distribuição das famílias tipo F4 com mulheres trabalhadoras segundo linhas de pobreza e setor de atividade para os anos de 1981 e 1990.

Em relação ao total de famílias, os setores que apresentaram maior destaque são os serviços, setor social, comércio e indústria de transformação. Houve na década uma modificação na RMSP quanto à distribuição de trabalhadoras por setor de atividade: enquanto atividades ligadas ao comércio mostraram aumento das taxas participativas, de 11,5% para 16%, as atividades sociais registraram uma diminuição relativa, de 23,5% para 18%. Indústria de transformação e serviços continuaram empregando praticamente a mesma proporção de trabalhadoras, para o total de famílias; mas sofreram mudanças se considerados as faixas de rendimentos estabelecidas, como sugerido anteriormente.

No nível de rendimento mais baixo, menos de 1 LP, a maior proporção de trabalhadoras encontra-se no setor de serviços, em função da forte presença das mulheres de baixa renda nos serviços domésticos. Em seguida, estão as empregadas da indústria de transformação, setor social e comércio.

Na década, as trabalhadoras da RMSP das famílias de menor renda *per capita* tiveram uma realocação pelos principais setores de atividade.

A modificação ocorreu na direção de uma diminuição substancial da posição relativa dos setores de serviços, seguida pelos setores comércio e social, principalmente em função do aumento das mulheres trabalhando na indústria de transformações. A mesma tendência ocorreu no caso das mulheres situadas na faixa de 1 a 2 LPs, embora bastante significativa não foi tão forte como a modificação da faixa de renda anterior.

No caso das mulheres colocadas entre 2 e 4 LPs, verificou-se significativo aumento das trabalhadoras do comércio (de 11% para 18,5%), havendo diminuição da proporção de empregadas nos setores social e de prestação de serviços, e aumento no comércio. As famílias nesta faixa de renda apresentam maior proporção de trabalhadoras no setor de serviços, seja em 1981 ou 1990.

Entre as famílias na faixa de 4 LPs ou mais tem destaque o setor social, ainda que em menor medida que as mulheres de baixa renda. Mesmo com a considerável queda de importância relativa (de 33% das trabalhadoras em 1981 para 25% em 1990), ainda continuou sendo o setor com maior proporção de mulheres cujas famílias encontram-se nas faixas de renda maiores. Neste nível de renda, houve na década aumento da participação relativa dos setores do comércio e prestação de serviços, e diminuição da indústria de transformação.

O setor agrícola, já bastante reduzido no início da década, não absorveu em 1990 trabalhadoras de nenhuma faixa de renda.

**TABELA 5**  
**MULHERES CHEFES OU CÔNJUGES DE F4 SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE CLASSIFICADAS**  
**POR FAIXA DE RENDA PER CAPITA - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981 E 1990**

SETOR DE ATIVIDADE	1981					1990				
	LINHAS DE POBREZA									
	até 1 LP	1 a 2 LP	2 a 4 LP	4 LP e mais	TOTAL	até 1 LP	1 a 2 LP	2 a 4 LP	4 LP e mais	TOTAL
AGRÍCOLA	0,0	0,0	0,5	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IND. TRANSF.	22,7	19,8	21,4	19,2	20,2	37,5	25,2	19,7	14,6	19,4
CONSTRUÇÃO	0,0	0,0	0,0	0,7	0,3	0,0	0,0	0,6	1,3	0,7
OUTRAS ATIV. IND.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,5
COMÉRCIO	13,6	8,2	10,9	13,8	11,5	12,5	16,5	18,5	14,6	15,9
SERVIÇOS	50,0	51,7	36,8	10,1	30,9	37,5	42,7	33,1	16,4	29,3
SERV. AUX. ATIV. ECON.	2,3	1,7	1,8	6,2	3,5	3,1	1,0	3,9	10,2	6,1
TRANSP. E COMUNIC.	0,0	0,6	1,4	2,2	1,4	0,0	0,0	0,0	2,6	1,0
SOCIAL	11,4	15,1	20,0	33,3	23,5	0,0	12,6	16,9	24,8	18,2
ADM. PÚB.	0,0	1,7	4,5	5,1	3,8	0,0	1,0	4,5	8,4	4,9
OUTRAS	0,0	1,2	2,7	9,1	4,6	9,4	1,0	2,8	5,8	4,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNADs de 1981 e 1990.

## V. CONCLUSÕES

A análise da distribuição de mulheres de F4 por faixas de renda e setores de atividade demonstrou que, em todas as faixas de renda, é elevado o número de mulheres trabalhando no setores social e principalmente de serviços, sobretudo entre as de menores níveis de renda.

O setor social sofreu diminuição da importância relativa e o setor de serviços, no total geral de mulheres, manteve-se praticamente no mesmo patamar, indicando que o aumento de mulheres chefes ou cônjuges de F4 pertencentes à maior faixa de renda foi suficiente para compensar a grande diminuição da participação de mulheres pobres neste setor.

Merece destaque também o aumento da proporção de mulheres de F4 nas atividades ligadas ao comércio e indústria de transformação para as faixas mais baixas de renda.

Como vimos, esta ocorrência está associada ao fenômeno observado na tabela 4: as mulheres nas famílias de pior rendimento *per capita* mudaram de posição de ocupação sem carteira assinada para ocupações com carteira de trabalho assinada, como consequência da variação ocorrida nos setores de atividade. Isto indica que as mulheres em famílias de baixa renda

empregadas em sua maioria no setor de serviços, trabalham sem carteira, e nos setores de comércio e indústria de transformação são empregadas com carteira assinada, o que não significa melhoria no nível de rendimento.

Já entre as mulheres de alta renda, as mudanças de importância relativa dos setores de atividade - elevação de comércio e serviços em detrimento do setor social e indústria de transformação - confirma a tendência à valorização do emprego por conta própria entre mulheres nesta faixa de renda, supostamente pela desvalorização do emprego assalariado.

## CONCLUSÃO

Desde a década de setenta foi persistente o aumento da participação feminina na atividade econômica, permanecendo significativo na década seguinte. Nos anos oitenta, a intensa inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro ocorreu num contexto de estagnação econômica, alta inflação e de alterações nas estruturas de ocupação e emprego. Ocorreram transformações na distribuição economicamente ativa e expansão da importância relativa do setor terciário em detrimento dos setores secundário e primário, principalmente como um reflexo do processo de reestruturação produtiva que houve na economia do país.

Ao mesmo tempo, as taxas de atividade das mulheres foram marcadamente crescentes na última década, enquanto as taxas de atividade dos homens mantiveram-se constantes. Porém, a absorção do trabalho feminino não depende apenas de fatores de natureza econômica, mas também de características de composição e organização familiar. Logo, o aumento da incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, nesta conjuntura, é um indício da importância do trabalho feminino como fonte de renda da família, fenômeno relacionado à posição que a mulher ocupa na família ou o que se chama de papel econômico da mulher no âmbito familiar.

Os dados disponíveis sobre o recente aumento da incorporação das mulheres ao mercado de trabalho revelaram que a maioria das mulheres que ingressaram na atividade produtiva, no período, ocupa, na família a que pertence, a posição de chefe ou de esposas e invariavelmente também desempenham o papel de mães. Isto mostra a importância desse grupo de mulheres na PEA feminina.

Além disso, as informações disponíveis mostraram que a PEA feminina tem apresentado maiores índices de escolaridade do que aqueles observados nos anos setenta, e que as taxas de participação foram crescentes para as mulheres de todas as faixas etárias. Mas apesar da tendência

de elevação da presença feminina na PEA, ainda persistem diferenças entre homens e mulheres quanto ao setor de atividade e níveis de rendimento. Os principais setores em que a mulher trabalha são prestação de serviços e setor social, seguidos pelo comércio e indústria de transformação. Tais características se repetem na região sudeste.

No universo da região metropolitana de São Paulo, investigado no capítulo III, o maior crescimento da participação feminina também ocorreu entre mulheres chefes ou cônjuges. Daí a relevância de concentrar a análise neste grupo de mulheres trabalhadoras.

Pela tipologia familiar aplicada à observação deste universo, verificamos que as mulheres casadas com até dois filhos (F4) apresentaram taxas de participação relativamente maiores que as de mulheres de outros tipos de família. Em relação à distribuição das mulheres chefes ou cônjuges que trabalham segundo faixas de renda, constatamos que as mulheres de F4 situam-se num nível intermediário, com a maior proporção nas faixas superiores de renda. Durante a década, as famílias em que a mulher trabalha tiveram uma mudança no sentido de elevação da proporção situada nas melhores faixas de renda.

Verificamos também que a tendência das trabalhadoras se concentrarem em atividades ligadas a prestação de serviços, setor social, comércio e indústria de transformação permanece entre as mulheres de todas as faixas de renda consideradas de F4, mas com pequenas diferenças de proporção a cada nível de renda.

Mulheres cônjuges com até dois filhos da RMSP pertencentes às menores faixas de renda encontram-se em sua maioria empregadas no setor de serviços, sobretudo em função do emprego doméstico. Ao longo do período, passaram a ocupar postos na indústria de transformação, e embora tenha aumentado a proporção de trabalhadoras com carteira assinada, ainda permaneceram nas faixas inferiores de renda.

Mulheres de F4 alta renda estão em geral menos concentradas no setor de serviços, e um pouco melhor distribuídas entre as atividades do que as de baixa renda do mesmo tipo familiar. Entre 1981 e 1990, as trabalhadoras de F4 na faixa superior de renda elevou sua participação no setor de comércio e serviços em detrimento do setor social e indústria de transformação, provavelmente como resultado da tendência à valorização do emprego por conta própria entre mulheres nesta faixa de renda, devido à desvalorização do emprego assalariado ocorrido na década.

No total geral de mulheres da RMSP pertencentes ao tipo de família com mulher, marido e até dois filhos, o setor social sofreu diminuição da importância relativa e o setor de serviços, manteve-se praticamente no mesmo patamar, indicando que o aumento de mulheres chefes ou cônjuges de F4 pertencentes à maior faixa de renda no setor de serviços foi suficiente para compensar a grande diminuição da participação de mulheres pobres neste setor.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTIMIR, O.** - *La dimensión de la Pobreza*. Cuadernos de la CEPAL. Santiago, Chile. nº 27. 1979.
- ALVES, J. E. D.** - *Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil*. Tese de doutoramento, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1994.
- BALTAR, P.E.** - "Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas do Brasil". In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, PE. ABEP, vol. 1, p. 67-103, 1988.
- BALTAR, P.E., OLIVEIRA, C.E. e HENRIQUE, W.** - *Situação de Pobreza no Brasil: principais causas e alternativas políticas corretivas*. Campinas, S.P., UNICAMP/IE/NESUR. 1989.
- BARROS, R. P. , RAMOS, L. , SANTOS, E.** - *Gender differences in Brazil labor markets*. Rio de Janeiro, IPEA, 1989.
- BRUMER, A.** - " O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho." *Revista brasileira de Ciências Sociais*, número 8, vol. 3, out. 1988.
- BRUSCHINI, C.** - "Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta". In: *O trabalho no Brasil no Limiar do século XXI*. Editora LTR. São Paulo. 1995.
- BRUSCHINI, C.** - "O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes". II Seminário Nacional de Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho. Série Seminários nº 7, maio de 1994. IPEA. RJ (Texto apresentado na IV Conferência Internacional da Mulher, Pequim, 1995).
- CABRAL, H.M. e CASTRO, M.C. de** - "Evolução da força de trabalho feminina e suas implicações na Previdência Social". In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, PE. ABEP, 1988.
- CARNEIRO, R.**- "A economia brasileira no período 1974-89". In: *Economia e Sociedade*, Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. nº 2, agosto, 1993.
- CARVALHO, J.A.M., et al.** - *Conceitos básicos e medidas em demografia*. mimeo CEDEPLAR, out., 1990.

- HIRATA, H. e HUMPHREY, J.** - "O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira." *Revista de Economia Política*, no 16, vol, 4 (4), p. 89-107, out./dez., 1984.
- JATOBÁ, J.** - "Brazilian women in the metropolitan labor force: a time series study across region and households status". In: *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, vol. 3, 1994.
- KERGOAT, D.** - Da divisão do trabalho entre os sexos. In: *Tempo Social, Rev. Social. USP*, São Paulo, 1 (2), 2<sup>o</sup> sem.
- LEONE, E.T.** - "Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80". Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, maio, 1994.
- LEONE, E.T.** - "Mulher, Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil: um Estudo da Inserção da Mulher na Atividade Econômica e suas Implicações para a Família" - Projeto de Pesquisa em andamento, 1996.
- LOBO, E. S.** - *O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho*. Texto apresentado na ANPOCS 1990, mimeo.
- MIRANDA, J.C.R.** - "Dinâmica da Economia Brasileira nas Décadas de 70 e 80". In: Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI. *Cenários e Diagnósticos, A economia no Brasil e no mundo*, vol. 1, 1992.
- OLIVEIRA, A. M. M. e SANTOS, E. C.** - "A participação das mulheres no mercado de trabalho: uma análise das taxas de atividades femininas - Brasil 1984 - 1987". In: *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, vol. 2, 1990.
- OLIVEIRA, F.** - *A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital*. Estudos CEBRAP, 16: 5-26, CEBRAP, São Paulo, 1976.
- PATARRA, N. L.** - "Transição Demográfica e Família: Notas para discussão". In: ANPOCS, Ciências Sociais, Cortez Editora, São Paulo, 1985.
- PATARRA, N. L. e BAENINGER, R.** - *Família na Transição demográfica: o caso de São Paulo*. Trabalho apresentado ao 46<sup>o</sup> Congresso dos Americanistas, Amsterdã, Holanda, 1988.
- PENA, M.V.J.** - *O estado das informações sobre a mulher no Brasil - Uma avaliação*. UFRJ/IEI. Texto para discussão n<sup>o</sup> 189, mar., 1989.

- PIRES, E.L.S.** - "Sobre o sexo e a idade do emprego assalariado: notas sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil". In: *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, vol. 3, 1994.
- POGGIO, S. Z.** - "A mulher na força de trabalho". *Revista Brasileira de Estatística*, vol. 41, nº 163, p. 379-434, 1980.
- RAMOS, L. e SOARES, E.** - "Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 350, IPEA/RJ, Rio de Janeiro, out., 1994.
- RATO, M. H. C.** - "A participação feminina na população ativa frente às necessidades do sistema produtivo no Brasil". *Revista Brasileira de Estatística*, vol., 39, nº 156, p. 495-517, 1978.
- ROCHA, S.** - "Indicadores da Pobreza nas Regiões Metropolitanas nos anos Oitenta. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 20, nº 3, p: 437-460. set/dez, 1990.
- SAFFIOTI, H. I. B.** - *Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica: Brasil: 1872-1982*. Trabalho apresentado no XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia. Rio de Janeiro, 1986.
- SANTOS, J.L.F. et al. (org.)** - *Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise*. TAC/BBCS. São Paulo.
- SCOTT, J.** - "Gênero: uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16, ( 2 ), jul/dez, 1990.
- SEDLACEK, G. L.** - "Estratégia de sobrevivência da família brasileira: um estudo da participação das esposas", *Perspectivas da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1992.
- SEDLACEK, G. L. e SANTOS, E. C.** - "A evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro de 1983 a 1988". *Revista de Econometria*, vol. X, nº 2, p. 225- 241, 1990.
- SEDLACEK, G. L. e SANTOS, E. C.** - *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar*. Rio de Janeiro, IPEA, 1991 (Texto para discussão, 209).
- SOUZA, L. R.** - "O trabalho feminino e a estrutura familiar". *Revista Brasileira de Estatística*, vol. 41, nº 164, p. 531-550, 1980.

**WAJNMAN, S. , RIOS-NETO, E. L. G.** - "Participação feminina no mercado de trabalho no Brasil: elementos para projeção de níveis e tendências". In: *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, vol. 3, 1994.*